

Estado da publicação: Não informado pelo autor submissor

# CONVERGÊNCIAS EM AMARAL, NASCENTES E MARROQUIM

Fernando Peixoto Filho

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.12690>

Submetido em: 2025-07-18

Postado em: 2025-07-28 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

A moderação deste preprint recebeu o endosso de:

Leonardo Ferreira Kaltner (ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3690-3132>)

## CONVERGÊNCIAS EM AMARAL, NASCENTES E MARROQUIM CONVERGENCES IN AMARAL, NASCENTES AND MARROQUIM

Fernando Vieira Peixoto Filho\*

### RESUMO:

As obras *O Dialeto Caipira*, do paulista Amadeu Amaral (06/11/1875 – 24/10/1929); *O Linguajar Carioca*, do fluminense Antenor Nascentes (17/06/1886 – 06/09/1972); e *A Língua do Nordeste*, do pernambucano Mário Marroquim (22/03/1896 – 15/03/1975), publicadas, respectivamente, em 1920, 1953 e 1934, representam, indubitavelmente, três clássicos dos estudos dialetológicos brasileiros, sobretudo considerando a primeira metade do século XX, o que decorre não somente da competência dos autores no trato das questões examinadas, mas também do elemento vanguardista de vários dos questionamentos empreendidos, muitos dos quais a reverberarem até os nossos dias. Dada essa realidade, o escopo central do presente artigo é oferecer uma análise contrastiva entre componentes lexicais e gramaticais constantes das três obras. Outrossim, considerando o que se possa depreender do estudo, também é nosso objetivo promover um exame de aspectos relevantes para a evolução do trabalho com Língua Portuguesa nas séries básicas de ensino, com apontamentos de componentes fonológicos e morfossintáticos, os quais podem ser eventualmente aprofundados no âmbito da pesquisa linguística em nível superior.

PALAVRAS-CHAVE: Dialectologia. Fonologia. Morfossintaxe. Língua Portuguesa.

### ABSTRACT:

The works *O Dialeto Caipira*, by Amadeu Amaral (November 6, 1875 – October 24, 1929) from São Paulo; *O Linguajar Carioca*, by Antenor Nascentes (June 17, 1886 – September 6, 1972) from Rio de Janeiro; and *A Língua do Nordeste*, by Mário Marroquim (March 22, 1896 – March 15, 1975) from Pernambuco, published in 1920, 1953, and 1934, respectively, undoubtedly represent three classics of Brazilian dialectological studies, particularly considering the first half of the 20th century. This is due not only to the authors' proficiency in addressing the examined issues but also to the pioneering nature of several of the questions posed, many of which continue to resonate today. Given this context, the central scope of this article is to offer a comparative analysis of lexical and grammatical components present in these three works. Furthermore, considering what can be inferred from the study, our objective is also to examine aspects relevant to the evolution of Portuguese Language instruction in basic education, with notes on phonological and morphosyntactic components, which can potentially be further explored within the scope of linguistic research at the higher education level.

KEYWORDS: Dialectology. Phonology. Morphosyntax. Portuguese Language.

### Introdução

Neste artigo, tenta-se verificar o que há de convergente em três obras de base na dialetologia brasileira: *O Dialeto Caipira*, de Amadeu Amaral (1920); *O Linguajar Carioca*, de Antenor Nascentes (1953); e *A Língua do Nordeste*, de Mário Marroquim (1934).

Em nome da concisão necessária a um texto desta natureza, procura-se oferecer aqui uma visão panorâmica, que se divide em três tópicos. O primeiro trata de conceitos gerais relativos aos estudos executados; o segundo tópico examina aspectos fonológicos; o terceiro fica com a parte de morfossintaxe.

---

\* Professor Associado da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – *Campus* Nova Iguaçu. <https://orcid.org/0009-0009-6026-4917>.

A parte de vocabulário, que se constrói nos livros à guisa de dicionário, não será focalizada.

### 1. Conceitos gerais

A preocupação maior em delimitar conceitos é de Antenor Nascentes. Amadeu Amaral, até pelo cunho desbravador de seu texto, não apresenta maiores preocupações com a delimitação de termos como dialeto, falar, subfalar, especificados no livro de Nascentes.

Já a linguagem usada por Mário Marroquim parece ter uma carga maior de engajamento no que tange à defesa de uma teórica (e polêmica) língua brasileira: “na linguagem cotidiana todos falam a nossa verdadeira língua, a nossa saborosa língua brasileira, com a sua prosódia profundamente diversa da portuguesa, e com expressões e sintaxe bem nossas” (MARROQUIM, 1996, p. 14).

Defendendo a tese de que o Brasil possui a sua própria língua, bem diferente da de Portugal, Marroquim pouco se prende à delimitação de conceitos. Fica mais à vontade, assim, para usar o termo *língua*, numa designação mais ampla do seu objeto de estudo.

Amaral (1920), iniciando um trabalho cuja base pode ter sido referência para Nascentes e Marroquim, apresenta-se mais tímido em relação à variedade examinada, concebendo o *dialeto caipira* como uma espécie de idiosincrasia momentânea da linguagem brasileira; ou, para usar palavras do autor, um “aspecto da dialectação portuguesa em S. Paulo” (p. 14), fadado “a desaparecer em prazo mais ou menos breve” (p. 13).

Antenor Nascentes introduz seu livro preocupado em precisar o que seria a língua falada no Brasil. Embora admita a dificuldade em distinguir dialeto de falar, o autor rechaça o primeiro termo e abraça o segundo, justificando-se sob palavras de Marouzeau:

Dialeto, segundo Marouzeau, é forma especial tomada por uma língua num dado domínio. Define-se por um conjunto de particularidades tais que seu agrupamento dá impressão de fala distinta das falas vizinhas, a despeito do parentesco que as une. (...)

Falar, segundo o mesmo Marouzeau, é um conjunto de meios de expressão empregados por um grupo no interior de um domínio lingüístico.

É muito difícil, como observa Paiva Boléo, estabelecer distinções objetivas entre dialeto e falar, mas, em todo caso, há menos inconveniente em chamar falar do que em chamar dialeto. (NASCENTES, 1953, pp. 16-17)

Após escolher sua designação, Nascentes divide o “falar” brasileiro em dois grandes grupos, o do Norte e o do Sul, nos quais haveria seis subfalares: amazônico e nordestino, pertencentes ao grupo do Norte; baiano, fluminense, mineiro e sulista, pertencentes ao grupo do Sul. Para Nascentes, o linguajar carioca, título e tema de seu livro, é “uma variedade do subfalar fluminense” (cf. *op. cit.*, p. 26).

Pode-se perceber uma gradação na forma e no nível de *ousadia*, por assim dizer, com que os autores tratam do assunto em pauta. Amadeu Amaral, consciente de que pisa um terreno praticamente virgem no Brasil, usa as desculpas necessárias à proteção de face, concentrando-se no que considera uma particularidade dialetal. Antenor Nascentes, alguns anos depois, habilita-se a fazer um estudo da fala carioca, que se insere num dos falares propostos em sua divisão. Mário Marroquim, animado com os trabalhos anteriores e até com a relevância inegável de sua pesquisa, faz alusões constantes à língua brasileira, embora afirme restringir seu estudo a Pernambuco e Alagoas. Para o autor, a língua de Portugal estaria para a do Brasil mais ou menos como o latim está para o português europeu.

## 2. Fonologia

Não obstante as particularidades de cada região, os três autores concordam na avaliação do ritmo de nossa fala, que seria mais demorado, mais lento, comparado ao ritmo da fala lusitana. Confira-se abaixo.

Antes de tudo, deve notar-se que a prosódia caipira (...) difere essencialmente da portuguesa.

O tom geral do frasear é lento, plano e igual, sem a variedade de inflexões, de andamentos e esfumaturas que enriquece a expressão das emoções na pronúncia portuguesa. (AMARAL, 1920, p. 17)

Os traços característicos da pronúncia carioca são os mesmos que distinguem da pronúncia de Portugal a das demais regiões do Brasil: frouxidão e suavidade. (NASCENTES, 1953, p. 27)

A pronúncia do nordestino é a que caracteriza em geral o falar brasileiro: é demorada, igual, digamos mesmo arrastada, em contraste com a prosódia lusitana, áspera e enérgica. (MARROQUIM, 1996, p. 21)

Essa “*lentidão*” mais acentuada no português brasileiro (doravante PB) decorre, segundo os autores, do fato de nossas vogais serem todas pronunciadas perceptivelmente. Por consequência não haveria no PB as vogais brevíssimas existentes no português europeu (doravante PE):

Exs.: querer, parede = /kere/, /paredi/ (PB) e /k'rer/, /pared'/ (PE)

Há concordância também acerca da quantidade de sons vocálicos, a mesma em Portugal e no Brasil. Não criou, portanto, o PB vogais novas para a expressão de nossas idiossincrasias, que ficam, no plano fonológico, a cargo da duração maior na articulação vocálica e na sequência mais pausada de nossos falares. Nas palavras de Amaral:

Na duração das vogais igualmente difere muito o dialeto: se, proferidas pelos portugueses, as breves duram um tempo e as longas dois, pode-se dizer, comparativamente, que no falar caipira duram as primeiras dois tempos e as segundas quatro.

Este fenômeno está estreitamente ligado à *lentidão* da fala, ou, antes, se resolve num simples aspecto dela, pois a linguagem vagarosa, cantada, se caracteriza justamente por um estiramento mais ou menos excessivo das vogais. (1920, pp. 17-18)

Em nota a essas palavras, Amaral estabelece um juízo de valor pouco pertinente ao caráter de seu trabalho, afirmando que a qualificação *cantada* não é indício de maior beleza do dialeto caipira em relação à língua de Portugal. Ao contrário, o PE, segundo o autor, seria mais musical por comportar “maior variabilidade de ritmos, de inflexões e modulações (...).”

É claro que essa e outras observações do mesmo tipo são passíveis de discordância, mesmo porque a estética de uma língua é algo extremamente subjetivo. Todavia, é compreensível a atitude de Amaral, pela novidade que representava seu trabalho na época em que foi escrito.

Na análise dos aspectos fonológicos, os autores dedicam grande espaço à verificação das particularidades de cada dialeto. Entre a fala dos interioranos de São Paulo (Amaral), a dos cariocas (Nascentes) e a dos nordestinos (Marroquim), há coincidências e diferenças. Não cabe neste artigo, entretanto, o exame de cada um desses aspectos; o que se pode fazer é arrolar abaixo dois pontos que pareceram demandar mais atenção.

### 2.1. Colocação dos clíticos

Os três autores defendem a tese, hoje unânime, de que a evidente preferência brasileira pela próclise tem origem na fonologia, e não na falta de conhecimento da sintaxe portuguesa.

Vale conferir a explicação dada por Marroquim para o pouco uso que se faz da ênclise no PB:

Nossa frase tem um ritmo diverso da portuguesa.

A colocação dos pronomes oblíquos obedece no falar brasileiro a esse ritmo. É uma função do equilíbrio da frase, cujo conjunto fônico é preciso ter em vista, com abstração das palavras olhadas isoladamente.

A expressão *diga-me*, pronunciada por um português, tem na primeira sílaba tônica o seu ponto de apoio, o eixo do seu equilíbrio, porque o *e* do pronome é surdo: *diga-m'*.

A pronúncia clara do *e* numa boca brasileira, porém, além da tônica verbal, acentua o pronome com um íctus secundário que é expresso claramente, embora sem força de tonicidade.

A frase, olhada no seu conjunto sônico, ficaria com dois pontos de apoio, na primeira sílaba e na última, quebrando o ritmo da expressão e contrariando, de certa forma, o próprio gênio da língua. (1996, pp. 21-22)

Amaral (1920, pp. 19-20) apresenta argumentação semelhante; Nascentes é quem mais demoradamente trata do assunto, dedicando-lhe quase nove páginas na parte de sintaxe (cf. NASCENTES, 1953, pp. 143-151), na mesma estrada analítica em comparação com os dois primeiros.

### 2.2. Mutações fonéticas em relação à língua padrão

São fenômenos registrados pelos três autores:

**a) aférese:** parece (aparece), magina (imagina), rependeu (arrependeu) em Amaral; cabá (acabar), pertá (apertar), manhecê (amanhecer) em Nascentes; Zidoro (Izidoro), versidade (diversidade), borná (embornal) em Marroquim.

**b) apócope:** ligite/legite (legítimo), em Amaral e Nascentes; hipote (hipótese), ridico (ridículo) em Marroquim.

**c) epêntese:** reculuta (recruta), Inglaterra (Inglaterra), garampo (grampo) em Amaral; bonecra (boneca), lagostra (lagosta), estralá (estalar) em Nascentes; ixpilicá (explicar), dificuldade (dificuldade), irimão (irmão) em Marroquim.

**d) metátese:** perciso (preciso), pertende (pretende), agardecê (agradecer) em Amaral; cardeneta (caderneta), estauta (estátua), catredal (catedral) em Nascentes; ditriminá (determinar), porteição (proteção), perfume (perfume) em Marroquim.

**e) síncope:** pesco (pêssego), musga (música), isprito (espírito) em Amaral; arve (árvore), relampo (relâmpago), porva (pólvora) em Nascentes; prispe (príncipe), abraçá (embaraçar), braiá (baralhar) em Marroquim.

Vale ressaltar, além desses fenômenos, a palatalização de /t/ e /d/ antes de /i/, que marca o dialeto carioca em oposição à fala nordestina, por exemplo (cf. NASCENTES, 1953, pp. 47 e 52). Saliente-se também, como marca da fonética nordestina, a abertura das vogais /e/ e /o/, pronunciadas, respectivamente, /ê/ e /ó/, fenômeno em que Nascentes enxerga uma possível influência tupi, pensamento não compartilhado por Marroquim (cf. pp. 42 e 43).

### 3. Morfossintaxe

Os fenômenos de concordância verbal e nominal são os que mais chamam atenção nos capítulos dedicados à morfologia e à sintaxe. Até porque muitos dos pontos assinalados se revelam hoje como franca tendência da língua. Se, pelo lado da concordância nominal, já há até quem considere excessiva a marcação de plural nos sintagmas portugueses, no campo da concordância verbal o ensino escolar vê-se atualmente em xeque devido à falta de flexão dos verbos para pronomes de segunda pessoa, mormente a do singular, já que a do plural parece ter desaparecido.

É realmente admirável que, em 1920, alguém já tivesse coragem para comentar aspectos morfossintáticos claros, existentes (tanto que se enraizaram, tornaram-se perenes), mas que os envolvidos com os estudos linguísticos, em sua grande maioria, se recusavam a ver. Merece Amadeu Amaral, portanto, as repetidas referências elogiosas que lhe fazem os linguistas brasileiros, pela percepção de fatos como estes:

(...) A pluralidade dos nomes é indicada, geralmente, pelos determinativos: OS rei, DUAS dama, CERTAS hora, UNAS fruta, AQUELES minino, MINHAS ermã, SUAS pranta. O qualificativo foge, como o subst., à forma pluralizadora: os rei MAGO, duas casa VENDIDA, unas fruta VERDE, as criança távum QUETO. (AMARAL, 1920, p. 52, destaques do autor)

Sobre os pronomes-sujeito, assim se pronuncia o autor: “só se empregam correntemente as formas da 1<sup>a</sup>. e 3<sup>a</sup>. pessoas. A 2<sup>a</sup>. pessoa do sing., embora usada às vezes, por ênfase, assimila-se às formas de 3<sup>a</sup>.: Tú num cala essa bôca? Tú vai?” (AMARAL, 1920, p. 55)

E sobre a função complementar de pronomes lexicalizados:

O pronome *ele ela* pode ser objeto direto: Peguei ele, enxerguei elas. Este fato é um dos mais generalizados pelas diversas regiões do país. Dele se encontram alguns exemplos em antigos documentos da língua; mas é claro que o brasileirismo se produziu independentemente de qualquer relação histórica com o fenômeno que se verificou, sem continuidade, no período anteclassico do português. (AMARAL, 1920, p. 59)

As confirmações posteriores de Nascentes (1953, pp. 81-130), Marroquim (1996, pp. 122-137) e inúmeros linguistas atuais mostram que as palavras de Amaral se aplicam, de fato, a todas as regiões do país. Entre pessoas sem (ou com pouca) escolaridade, as observações acima são a regra geral. E no caso particular do pronome reto na função acusativa, é algo generalizado, inclusive entre falantes escolarizados.

A questão dos pronomes-sujeito, levando o verbo a flexionar-se basicamente na 3ª. pessoa, tem sido objeto de pesquisas variadas no âmbito da pós-graduação brasileira. Todas elas confirmam mais ou menos a mesma tendência: o desaparecimento gradual das segundas pessoas, dando origem a uma conjugação verbal que, nos dias atuais, já se poderia construir da seguinte maneira: *eu faço, você faz, ele faz, a gente faz, nós fazemos, vocês fazem, eles fazem*.

Nos dialetos populares analisados pelos três autores, essa tendência flexional para a 3ª. pessoa se confirma principalmente nos sistemas propostos por A. Nascentes e M. Marroquim:

amo	devo	parto
ama	deve	parte
ama	deve	parte
ama	deve	parte
----	----	----
ama	deve	parte

(Nascentes, 1953, p. 95)

Eu lóvo	Eu dêvo	Eu parto
Tu lóva	Tu déve	Tu parte
Ele lóva	Ele déve	Ele parte
Nós lóva	Nós déve	Nós parte
Vós lóva	Vós déve	Vós parte
Eles lóva	Eles déve	Eles Parte

(Marroquim, 1996, p. 88)

Vale lembrar que os pronomes de 2ª. pessoa aparecem nos dialetos paulista e nordestino (em São Paulo demandando o verbo em 3ª. pessoa e em Pernambuco e Alagoas determinando ainda alguns resquícios de flexão de referência), mas estão praticamente extintos no dialeto carioca, como assinala Nascentes (1953, p. 89). Entretanto, deve-se assinalar nos últimos anos certa tendência à recuperação do pronome *tu*, porém com flexão verbal de 3ª. pessoa, o que parece generalizar-se na fala fluminense atual.

É preciso destacar ainda algumas observações dispersas, mas que têm importância na relação entre os dialetos estudados.

O pronome reto usado como acusativo logicamente enfraquece os clíticos que teriam essa função. E, com efeito, na língua falada os clíticos *o, a, os, as* só aparecem muito raramente em posição enclítica, modificada, em frases feitas ou de cortesia, e isso já há muito tempo. Nos dialetos examinados por Amaral (1920, p. 59) e Nascentes (1953, p. 89), os clíticos acusativos de 3ª. pessoa só são usados em frases “ossificadas” ou “cristalizadas”. E no dialeto nordestino (Marroquim, 1996, p. 137), esses clíticos “desapareceram completamente.”

Por outro lado, as análises de Amaral (1920, p. 61) e Nascentes (1953, p. 161) mostram que o verbo *ter* impessoal já é fenômeno inerente ao PB, uma tendência contra a qual é inútil lutar. Segundo Marroquim (1996, pp. 152-153), “não é mais um solecismo de ignorantes: é a linguagem usual de todos, empregada tranquilamente, como coisa legítima.” Aliás, sobre a questão dos *solecismos*, que alguns gramáticos ainda corrigem, merece menção o comentário de Nascentes (1953, p. 119):

Os solecismos praticados nas diversas partes da România são hoje construções de línguas cultas. (...)

O que é hoje considerado errôneo, daqui a séculos será uma linguagem castiça onde por sua vez novos solecismos hão de surgir porque, embora daqui até lá talvez não haja mais analfabetos, sempre haverá uma classe que fale bem e outra que se exprima menos bem.

Tomara não haja necessidade de “séculos” para que os gramáticos percebam o óbvio: as tendências irrefutáveis do PB precisam ganhar *status* de regra em nossos compêndios escolares, sob pena de continuarmos o “martírio” de nossos alunos, referido há tanto tempo por Marroquim (1996, p. 123), mas que, insistentemente, ainda se mantém em pleno século XXI.

Outro ponto interessante diz respeito a um assunto que ainda hoje é tabu nas aulas de Português: o problema das orações relativas, estruturadas no PB de três formas distintas: a) a relativa padrão; b) a que usa um pronome anafórico sobressalente (relativa copiadora); c) a que omite a preposição (relativa cortadora). Amadeu Amaral mostra que o fenômeno não é resultado da falta de conhecimento que atinge a nova geração de jovens – argumento muitas vezes usado pelos professores. Mesmo porque já se vão mais de cem anos da publicação de *O Dialeto Caipira*, obra em que se expõe o seguinte:

Nas orações relativas não se emprega senão *que*. Nos casos que, em bom português, reclamam este pronome precedido de preposição, o caipira desloca a partícula, empregando-a no fim da frase com um pronome pessoal. Exemplos:

A casa em que eu morei A casa... que eu morei NELA.

O livro de que falei O livro... que eu falei DELE.

A roupa com que viajava A roupa... que viajava CUM ELA.

Freqüentemente se suprimem de todo a preposição e o pronome pessoal, e diz-se: a casa que eu morei, o livro que eu falei, ficando assim a relação apenas subentendida. (AMARAL, 1920, pp. 62-63)

Fernando Tarallo (*apud* BAGNO, 2000, pp. 185-186) argumenta que a relativa copiadora seria um fenômeno antigo no português, ao passo que a relativa cortadora representaria uma inovação. Seja como for, o que se observa é que a omissão da preposição, caracterizando a relativa cortadora, é uma estratégia comum entre pessoas escolarizadas, ocorrendo, inclusive, em textos escritos. Já a relativa copiadora parece mais restrita às classes menos escolarizadas.

Merecem ainda atenção as famosas orações passivas sintéticas, nas quais muitos afirmam não haver passividade alguma (cf. ALI, 1923, p. 49). Nascentes e Marroquim se posicionam sobre o assunto:

Sem querer indagar se o povo considera se sujeito ou não, o que é absolutamente desnecessário pois o povo não sabe dessas coisas de análise lógica, fala como bem entende, não podemos deixar de registrar as frases como: aluga-se cômodos, vende-se materiais e outras que diariamente vemos em letreiros pela cidade. Nestas frases, contra a opinião da maioria dos gramáticos, o verbo fica no singular, deixando de concordar com cômodos, materiais, etc., os verdadeiros sujeitos, segundo os doutos. O povo, um pouco à Mr. Jourdain, sente em materiais, cômodos a função de objeto direto e dá às frases vende-se materiais, aluga-se cômodos a mesma sintaxe de vendi os materiais, aluguei cômodos. (NASCENTES, 1953, p. 153)

É comum ler-se: Vende-se flores, conserta-se calçados, em tabuletas e letreiros. É a sintaxe geral mesmo nas classes cultas. Não existe, em tais casos, de forma alguma, a intuição do se passivador” (MARROQUIM, 1996, p. 142).

Peixoto Filho discute o assunto na dissertação *Concordância Verbal na Gramática Escolar* (2001) a partir do uso da mídia impressa. Não obstante as placas e letreiros espalhados pelo Brasil, que realmente tendem a manter o verbo no singular, talvez seja lícito admitir certo fracasso da escola em levar o aluno entender o que é e para que serve o estudo da função sintática intitulada *sujeito* (cf. PEIXOTO FILHO, 2001, pp. 26-44).

Por fim, assinale-se uma particularidade do nordestino, não registrada nos dialetos do Rio e de São Paulo, a qual diz respeito à marcação de gênero em praticamente todos os nomes. Segundo Marroquim, para o “matuto” (termo muito usado por ele), “o substantivo uniforme aparece como uma aberração” (1996, p. 79). Por isso *monstro* faz *monstra*, *diabo* faz *diaba*, *severgonha* faz *severgonho*.

### Considerações finais

As obras analisadas representam o tipo de leitura em que, na necessidade de sublinhar pontos importantes, sem perceber vamos destacando o livro inteiro. Tornou-se difícil, por isso, a feitura do trabalho. Trechos importantes foram ignorados, em nome da concisão, da síntese. Mas, dos fragmentos e ideias isolados para exame, podem-se tirar algumas conclusões.

A primeira delas diz respeito ao conservadorismo maior do falar nordestino em comparação com os dialetos do Rio e de São Paulo. Isso se evidencia pelo uso mais constante que se faz em Alagoas e Pernambuco dos pronomes de 2ª. pessoa, mesmo em tratamento de mais intimidade, e pela insistência em certos itens lexicais que mantêm vitalidade no Nordeste, resguardada a acepção arcaica desses itens (cf. MARROQUIM, 1996, p. 97).

Mostram também as obras analisadas que as outras regiões do País, embora menos que o Nordeste, servem como índice de um possível conservadorismo do PB, que manteria laços mais fortes com o passado, afastando-se em certa medida do padrão evolutivo do PE. Tal interpretação, confirmada em textos célebres da nossa história linguística, como Silva Neto (1976) e Camara Jr. (1979), foi contestada por Rosa Mattos e Silva (1999), autora que, com base em fortes argumentos histórico-sociais, enxerga no elemento africano e seus descendentes a verdadeira base de formação do que ela chama de *norma vernácula do PB*.

A última conclusão a focalizar, talvez a mais importante, reside no abismo entre o português padrão, proposto pela escola, e a fala dos brasileiros, originando no aluno a sensação de que aprende uma língua estrangeira. As pesquisas de Amaral, Nascentes e Marroquim provaram, já na primeira metade do século XX, que o PB possui suas especificidades, que o distinguem bastante do PE. Não pode a escola, portanto, insistir em ignorar a nossa língua, em nome de um mitológico padrão de correção.

No universo escolar, não se deveriam, por exemplo, estabelecer juízos de valor acerca da fonologia diversificada da nossa gente. Os conceitos de *erro* e *acerto*, desse modo, deixam de ser válidos para a variedade falada do idioma, dando-se preferência aos critérios de adequação linguística. Fiquem os conceitos de *certo* e *errado* resguardados na variedade escrita, sobretudo a ortografia, onde realmente há erros e acertos.

A propósito, no que se refere a esses conceitos, chama atenção o tom revoltado de Mário Marroquim – uma revolta (diga-se de passagem) perfeitamente justificável. Quase noventa anos depois da publicação de *A Língua do Nordeste*, a escola ainda não se atualizou e os compêndios escolares continuam baseando-se na variedade artística para elaborar suas regras. As flexões verbais impressas nos livros didáticos ainda tomam por base os padrões europeus e os pronomes retos na função acusativa ainda são riscados de

vermelho nas redações colegiais. Cria-se, desta forma, uma visão fantasiosa sobre o português – uma língua que, para muitos, é algo de outro mundo, acessível só aos que detêm inteligência acima da média.

O mundo acadêmico tem reagido a essas incoerências de modo incisivo. Praticamente todos os linguistas brasileiros têm opinado sobre os problemas da gramática escolar e do ensino de Português na escola básica. Alguns demonstram visão equilibrada e tratam com justiça essa realidade, a qual ultrapassa em muito os limites gramaticais. Mas há os que, do alto de seus castelos, numa atitude simplista e até irresponsável, apontam sua metralhadora giratória para todos os lados, enxergando nos professores verdadeiros emissários do mal, serviçais de uma suposta *elite* na tarefa de impor a norma padrão.

As pesquisas linguísticas certamente representam pontos positivos em vários aspectos: para a melhoria do ensino escolar, para que se repensem os incontáveis mitos relativos à gramática do português brasileiro. Mas só isso não basta; mesmo porque os problemas que inviabilizam a boa escola são menos linguísticos do que sociais.

Como bem argumenta Mattos e Silva (1999), há alunos, outrora excluídos, chegando à escola, que não está preparada para recebê-los. Nas palavras da autora, “(...) à política da quantidade, que ainda perdura na multiplicação geométrica das salas de aula, não correspondeu, na mesma proporção, uma política da qualidade do ensino e da qualificação dos professores (...)” (MATTOS E SILVA, 1999, p. 12).

Procede o argumento, mas é preciso insistir em alguns fatores extracampo, por vezes esquecidos pelos linguistas. Em primeiro lugar, por mais qualidade ou formação que tenha o professor, sua aula ficará bastante comprometida se, para fazer o salário necessário a uma vida minimamente digna, continuar trabalhando em três ou quatro empregos, lecionando para dez, quinze turmas, com cinquenta alunos em cada uma. Do mesmo modo, o aluno que chega ao colégio depois de ter assistido ao espancamento da mãe, à embriaguez do pai, preocupado com uma série de questões que não deveriam concernir a uma criança ou adolescente, não corresponderá, em hipótese alguma, às expectativas dos professores ou da comunidade escolar.

É imprescindível, pois, que se resolvam, a princípio, os problemas estruturais que têm negado à escola o direito de exercer a sua mais primária função: a de possibilitar aos alunos a capacidade de compreender e produzir textos.

Para finalizar, com as devidas vênias pela digressão, voltemos ao foco do artigo.

Os autores estudados, mormente Nascentes e Marroquim, consideram a sintaxe a base estrutural de um idioma, a “alma” da língua. Nesse campo importante da sintaxe, os dialetos populares do Rio de Janeiro, de São Paulo, Alagoas e Pernambuco parecem seguir mais ou menos as mesmas tendências. Ou seja, se realmente o caráter do idioma reside na sintaxe, o português vernáculo do Brasil, ao menos no Sudeste e no Nordeste, está percorrendo as mesmas trilhas evolutivas: a) eliminação dos vestígios da flexão de caso, cabendo ao pronome reto as funções de sujeito e complemento; b) sintagmas nominais canônicos (determinante + nome + qualificador) marcando o plural apenas no determinante; c) flexão verbal restringindo-se à 3ª. pessoa, com exceção da 1ª. pessoa do singular; d) eliminação dos clíticos acusativos de 3ª. pessoa; e) colocação pronominal predominantemente proclítica.

## Referências bibliográficas

ALI, M. S. *Formação de palavras e syntaxe do portuguez historico*. São Paulo: Melhoramentos, 1923.

AMARAL, A. *O dialeto caipira*. São Paulo: O Livro, 1920.

BAGNO, M. *Dramática da língua portuguesa*. São Paulo: Loyola, 2000.

CAMARA JR., J. M. *História e estrutura da língua portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Padrão, 1979.

MARROQUIM, M. *A língua do nordeste*. 3. ed. Curitiba: HD Livros, 1996.

MATTOS E SILVA, R. V. *Uma compreensão histórica do português brasileiro: velhos problemas revisitados*. Conferência em concurso público para a classe de Professor Titular. Salvador: UFBA, 1999.

NASCENTES, A. *O linguajar carioca*. 2. ed. Rio de Janeiro: Simões, 1953.

PEIXOTO FILHO, F. V. *Concordância verbal na gramática escolar*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.

SILVA NETO, S. *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Presença, 1976.

## DECLARAÇÃO

Como autor único do texto, declaro não estar submetido a qualquer tipo de conflito de interesse para o desenvolvimento da pesquisa que deu origem ao texto “**CONVERGÊNCIAS EM AMARAL, NASCENTES E MARROQUIM**”. Declaro ainda que minha atuação como pesquisador é independente, autônoma e comprometida com o interesse precípua de defesa de direitos e segurança, nos termos da Resolução 466/12 e demais diretrizes éticas.

Nova Iguaçu, 18 de julho de 2025.

Fernando Vieira Peixoto Filho

## Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.